

BEM-ESTAR DO EDUCADOR: análise do atual cenário da saúde mental dos educadores da rede básica do interior de minas gerais e da implementação da política de promoção de saúde e bem-estar docente

FRANCISCO, Suzyelle Rayssa de Souza¹; BORTONE, Douglas Franco²



suzyellerayssa@gmail.com
douglas.bortone@unifagoc.edu.br

¹ Discente do curso de Pedagogia do UNIFAGOC.

² Docente do UNIFAGOC.

RESUMO

O tema da saúde mental vem sendo cada vez mais abordado na sociedade em decorrência das repercussões da pandemia de Covid-19. Sabe-se que as medidas de isolamento social adotadas diante da crise sanitária que atingiu todo país agravam situações de adoecimento mental, provocando uma mudança radical no trabalho e nos relacionamentos sociais da população. Nessa perspectiva, o presente projeto de pesquisa, busca responder a seguinte pergunta: quais as repercussões da pandemia gerada pela Covid-19 na saúde mental de professores da educação básica? Trata-se de uma pesquisa vinculada ao curso de Pedagogia do Centro Universitário Governador Ozanam Coelho (UNIFAGOC), cujo objetivo consiste em verificar as condições de saúde mental dos professores após o período de trabalho remoto na educação básica. Em termos metodológicos, adota-se uma abordagem mista, quali-quantitativa, cujo percurso compreende quatro etapas, a saber: (1) revisão narrativa de literatura com busca de artigos nas bases de dados SciELO e Web Of Science, utilizando os descritores: "burnout em professores", "saúde mental e educação", "pandemia da Covid-19" e "saúde mental", "políticas de promoção de saúde nas escolas"; (2) Delimitação da população da pesquisa: professores que atuaram na educação básica (Ensino Fundamental 1) nos municípios de Senador Firmino, Divinésia e Ubá, da rede pública de ensino no período de 2020 a 2022. (3) Aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas com uma amostra de profissionais selecionados a partir dos questionários; (4) Realização de análise de conteúdo dos dados coletados considerando variáveis como: condições básicas de trabalho docente, estratégias de enfrentamento, adaptações do trabalho pedagógico e autocuidado. Os resultados indicam que a pandemia da Covid-19 atingiu toda a sociedade, causando uma mudança de rotina radical em várias áreas do cotidiano. A educação foi extremamente prejudicada, visto que as escolas fecharam seus respectivos espaços físicos por tempo indeterminado e organizaram suas dinâmicas de ensino, devido à necessidade do isolamento social como método vigente para evitar a proliferação da doença. Assim, professores e alunos migraram para o ensino remoto, em que as metodologias e aulas tiveram que ser adaptadas, com condições precárias de trabalho e falta de acesso à informática e suas tecnologias. Com isso, os profissionais, que já estavam classificados como uma das profissões mais estressantes, ficaram ainda mais vulneráveis e relegados às margens das políticas educacionais durante e após o isolamento social; entretanto, com o apoio familiar dos docentes, percebeu-se uma evidente melhora no quadro de adoecimento.

Palavras-chave: Estresse Laboral. Professor. Pandemia. Saúde Mental

INTRODUÇÃO

A saúde mental é um tema que vem sendo cada vez mais abordado na sociedade desde a pandemia da Covid-19, que ocasionou em medidas de isolamento

social mediante a crise sanitária que o país estava envolvido. A necessidade de isolar-se do convívio social revelou as desigualdades sociais existentes no Brasil e o agravamento de situações de adoecimento mental por parte da população, em principal, os trabalhadores, que foram obrigados a lidar com uma mudança de cenário para a qual não estavam preparados.

Assim sendo, o decreto da OMS resultou em medidas sanitárias para locais em que havia necessidade de aglomeração, como transportes públicos, fábricas, mercados, escolas, entre tantos outros estabelecimentos. As restrições também alcançaram a esfera das relações interpessoais devido ao contato, que facilitava a proliferação do vírus SARS-CoV-2.

Isso fez com que alguns estudiosos começassem a abordar em seus estudos a relação da saúde mental e do trabalho pós-pandemia. Em relação às diversas profissões, o estado mental dos cidadãos vem sendo associado às questões laborais, como ações preventivas visando o bem-estar emocional do profissional. Também podemos mencionar fatores que expõem o ambiente de trabalho como estressor para os profissionais, podendo levar ao enfraquecimento do estado emocional, gerando exaustão emocional, despersonalização e falta de realização profissional. Os impactos da sobrecarga de trabalho se tornam um sinal de alerta para Síndrome de Burnout, e até mesmo gerando patologias como insônia, dores de cabeça, crises de ansiedade, dores no corpo, reações alérgicas, devido às situações que são expostos todos os dias, como as pressões dos gestores e sociedade, sobrecargas de trabalho, violência verbal e física e falta de valorização salarial.

No contexto da educação, o trabalho docente, mesmo antes da pandemia, já era visto como difícil e com diversos fatores de estresse emocional, uma vez que essa classe é responsável por transmitir os saberes estabelecidos como essenciais a serem passados na educação básica, além de terem que cultivar em cada indivíduo presente nas salas de aula, sua autonomia, o pensar criticamente e criativamente, respeitando suas singularidades e as diferentes formas de inteligências de cada educando.

Assim, registra-se que a profissão docente já estava classificada na categoria de uma das profissões mais estressantes. De acordo o site Guia da Carreira, os professores se tornaram mais vulneráveis durante e após o isolamento social. Os professores foram obrigados a reorganizar sua prática pedagógica, tendo que aprender e executar ferramentas tecnológicas sem nenhum tipo de formação e/ou capacitação prévia com objetivo de alcançar os estudantes e amenizar o possível impacto da evasão escolar (Cardoso; Nunes, 2019).

Nessa perspectiva, em 2023 foi aprovada a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização do Profissional da Educação com o objetivo de promover ações direcionadas à saúde integral do professor. Assim sendo, é de responsabilidade dos municípios elaborar planos de trabalhos no prazo de um ano após a publicação da lei. Em suma, a nova política direcionada aos profissionais da educação visa minimizar doenças de trabalho no ambiente escolar, reduzir estressores e contribuir para a valorização do magistério.

Apresentada a problemática acima, a pergunta que move a pesquisa é: *como se encontram os professores de educação básica do interior de Minas Gerais em face ao processo de implementação da política do bem-estar do educador? Em quais municípios da zona da mata mineira a política já está sendo implementada?*

Dessa forma, o objetivo da pesquisa consiste em compreender o processo de implementação da Lei 14.681/2023 e suas repercussões no cuidado e bem-estar do educador de profissionais que atuaram como regentes de classe no período da pandemia em escolas públicas no interior de Minas Gerais.

METODOLOGIA

Em termos metodológicos, a pesquisa se configura de caráter básico adotando uma abordagem mista, quali-quantitativa, que possibilita ouvir as vozes de educadores que atuam na educação básica e/ou como implementadores da política de bem estar do educador. Defende-se que a abordagem mista nas pesquisas em educação se complementam e permite melhor contribuição para a compreensão de políticas educacionais e demais fenômenos investigados no campo educacional.

Souza e Kerbauy (2017, p. 40) permitem “compreender toda a realidade investigada”, ou seja, não somente um retrato, mas toda uma trajetória e contexto do objeto de pesquisa. Ainda, defende-se que “do ponto de vista metodológico, não há contradição, assim como não continuidade entre as duas formas de investigação, quantitativa e qualitativa (Souza; Kerbauy, 2027, p. 39).

Portanto, o percurso metodológico da pesquisa consiste na realização do mapeamento dos municípios da Zona da Mata mineira que, no período de um ano após a aprovação da Lei 14.681/2023, tenham iniciado o processo de elaboração do plano de ação. Busca-se, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, verificar em que estágio se encontra o processo de implementação. Posteriormente, após o mapeamento, buscar-se-á realizar entrevista online de caráter semiestruturado com a população da pesquisa - professores e implementadores da política educacional dos municípios. Por fim, será feita uma análise de discurso na perspectiva de Bardin (2011), categorizando desafios, limites e possibilidades da implementação da política analisada.

REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica aqui apresentada é resultado de uma revisão narrativa da literatura. A varredura teórica considerou artigos oriundos de pesquisas empíricas no campo da educação que estivessem indexadas em três principais bases de dados, a saber: SciElo, Web of Science e Scopus. Foram excluídos artigos que não apresentaram resumos, trabalhos duplicados e pesquisas que não tivessem sido realizadas no contexto da educação básica. Os descritores utilizados foram: “*burnout em professores*”, “*saúde mental e educação*”, “*pandemia da Covid-19*” e “*saúde mental*”, “*políticas de promoção de saúde nas escolas*”;

Uma revisão de literatura sobre a temática do adoecimento mental em educadores, coletando dados no período de 2005 a 2022, destacou duas reflexões que colaboraram para a hipótese de que o exercício da docência é um trabalho de grande honra e responsabilidade e que ajuda na construção do ser social e da sociedade, mas também um caminho com diversos estressores, que na perspectiva da autora: “A docência é reconhecida como um trabalho nobre, de grande valor, repleta de muitos desafios e, mesmo tendo diversas vantagens do ponto de vista pessoal e social, ainda as dificuldades cotidianas que podem gerar fadiga física e mental [...]” (Lopes, 2023, p. 26).

[...] garantir o suporte à saúde desses profissionais deve ser fundamento primordial [...] Ora, a educação sempre abriu as portas para o desenvolvimento, derrubou o muro da ignorância e construiu uma fortaleza de conhecimento. Esse é um dos pilares que sustenta a sociedade e exige investimento, esforço e reconhecimento constantes. Portanto, este direito civil só é válido pela disponibilidade e dedicação dos nossos professores na escolha desta profissão tão essencial à vida. (Lopes, 2023, p. 28).

Outrossim, os dados da revisão de literatura apontados por Lopes (2023) destacam que fatores que colaboram para o adoecimento docente são recorrentes em grande parte desses profissionais do Brasil e são frequentes em todos os níveis de serviço na Educação. A sobrecarga, nessa perspectiva, relaciona-se com as variáveis: comportamento indisciplinado dos alunos, a questão organizacional no trabalho, estruturas, entre outros fatores que geram estresse, ansiedade, problemas de sono, que comparado com os relatos dos professores que motivaram este estudo, apresentam muita similaridade.

Assim sendo, a revisão narrativa de literatura foi organizada em blocos.

Fatores associados ao mal-estar docente

Em linhas gerais, os resultados da varredura teórica permitiram inferir que parte do corpo docente brasileiro se encontra adoentada mental e fisicamente devido à carreira, que os leva a lidar com pessoas e ser cobrados de forma excessiva, além da responsabilidade de formação social que carregam. Tais fatores podem levar ao afastamento, ou ainda ao aparecimento de patologias e enfraquecimento emocional.

Nesse sentido, uma pesquisa feita por Cardoso *et al.* (2019) ouviu 20 mulheres que exerciam a profissão de professoras na cidade de Medeiros Neto (BA). O pesquisador buscou entender as possíveis causas deste adoecimento mental e físico que estava atrapalhando que elas exercessem as funções com qualidade e gerando faltas no trabalho.

Dados conclusivos do estudo apontaram que a profissão do docente brasileiro tem se apresentado muito desgastante emocionalmente e propícia para o surgimento de patologias relacionadas à ocupação, gerando abalos físicos e psicológicos, visto que esse profissional trabalha em condições desadequadas como ambientes violentos, de desvalorização social e financeira, negligência de gestores, desrespeito de alunos (Cardoso *et al.*, 2019).

Consequentemente, isso faz com que os professores não se encontrem aptos para dar aula, uma vez que trabalhar em um ambiente com gatilhos para o adoecimento físico e mental, ao mesmo tempo com tantas cobranças, impossibilita que o trabalho seja desenvolvido com qualidade.

Outrossim, deve-se destacar o papel da pandemia nos agentes estressores desse profissional, uma vez que, devido à mudança inesperada do cenário educacional, foi necessária uma rápida adaptação dos meios para evitar que a educação fosse prejudicada por completo. Embora houvesse o entendimento de que os danos ainda iriam existir, a classe de professores foi extremamente atingida, uma vez que a maioria não se utiliza de recursos tecnológicos de forma tão presente em sala de aula.

Como foi necessário na pandemia, com aulas de forma remota, apostilas que

eram enviadas para as casas dos alunos sem muito suporte para se realizar as atividades a não ser por aulas online em canais governamentais com explicações que não eram de acesso a todos os alunos, uma vez que a internet e os próprios aparelhos eletrônicos não faziam parte da realidade de uma parcela da população brasileira. Também se consideram as dificuldades por parte dos professores em relação ao manuseio das tecnologias para gravar e realizar atividades das aulas, além de uma invasão da privacidade do docente por completo, já que o trabalho foi levado para a casa.

Segundo Lazaroto e Aires (2024), as fases mais agudas da pandemia da Covid-19 atingiram um grande contingente da população brasileira, causando uma mudança de rotina radical e afetando drasticamente a educação escolar. Observou-se que as escolas se viram obrigadas a fechar devido à necessidade do isolamento social como método vigente para evitar a proliferação da doença, e os professores e alunos bandearam-se para um ensino remoto, em que as metodologias e as aulas tiveram que ser adaptadas às tecnologias.

Além disso, em estudo realizado no Amazonas, foi evidenciado que os docentes foram os principais atingidos pela falta de estrutura da atividade administrativa e educacional no período da pandemia, já que eles tiveram que se reinventar e trabalhar com a deficiência de recursos e falta de capacitação para ministrar as aulas que ocorreram de forma remota (Vieira *et al.*, 2023).

Por fim, um artigo realizado com a metodologia Estado de Conhecimento por Lopes (2023), que fez uma abordagem das pesquisas sobre o adoecimento docente entre os anos de 2005 e 2022, traz que a própria Organização Internacional do Trabalho considera que exercer a função de professor é estar à frente de uma das profissões mais estressantes do mundo, visto que eles têm que enfrentar diversos estressores, como problemas de comportamento dos alunos, diversas burocracias, sobrecarga de trabalho com tempo incontrolável, adaptação às novas iniciativas educacionais – esses são pontos de adoecimento do docente.

Perante isso, percebe-se que o mal-estar docente está associado a diversos fatores e que grande parte dos relatos que foram motivos de se iniciar este projeto estão presentes neles, o que evidencia a necessidade de um mapeamento mais específico da área, pois, embora apresente semelhanças, cada estado e município apresenta uma cultura social que pode fomentar certos gatilhos e, assim, as políticas podem agir de acordo com a realidade local.

Política Pública do Bem-Estar do profissional da educação e implementação de políticas educacionais

Na perspectiva de Cardoso *et al.* (2019, p. 139), “uma sociedade que não se importa com a saúde dos seus professores não está em situação de exigir desses profissionais um trabalho de qualidade[...]”. Com o estopim da pandemia, essa sentença ficou ainda mais verdadeira, uma vez que a crise enfrentada pela saúde brasileira abalou todos os setores e todas as pessoas da sociedade.

Cuidar das anomalias na saúde mental e física da população e preveni-las tornou-se fator de maior relevância ainda, já que todos tiveram que se adaptar a um cenário de isolamento social, sem contato com os ciclos de amizades e familiares,

mudar a organização do trabalho desempenhado, lidar com notícias sobre mortes devido à falta de tratamento no período inicial para a Covid-19, além de muitas outras sobrecargas de situações inesperadas.

Assim, os problemas de adoecimento mental da população que já existiam ficaram ainda mais evidentes e viu-se a necessidade de um olhar atento para uma das figuras responsáveis pela construção do ser social e intelectual, a figura do docente, que tanto foi alcançado. Vê-se, então, a necessidade de elaboração de uma lei na tentativa para buscar ações para transformar a realidade da saúde do docente, uma vez que, já sendo acompanhado o quadro pelas instâncias governamentais, notou-se a existência de problemas para a realização da prática dos profissionais da educação em suas funções.

O número de atestados médicos apresentados tem crescido nos últimos tempos, assim como as reclamações por parte do corpo docente em relação às condições trabalhistas, à pressão demasiada dos gestores sem fornecimento dos recursos necessários para ministrar as aulas, pagamentos abaixo do piso salarial, além da clareza na postura de uma insatisfação profissional gerada pela desvalorização do docente.

A Lei 14.681, promulgada em 18 de setembro de 2023, adiciona a Política de Promoção Pública de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos profissionais da Educação, com finalidade de promover ações práticas de prevenção ao adoecimento, e práticas que colaborem na saúde integral do profissional, trazendo qualidade de vida no trabalho e vivências harmônicas que gerem o bem-estar do profissional (Brasil, 2023).

Nesse ponto, Lazaroto e Aires (2024) trazem que a construção de políticas públicas voltadas principalmente para o professor apresenta uma posição de falha por parte dos órgãos responsáveis. Faz-se necessário analisar os possíveis desafios encontrados para a implementação dessa lei, os quais são relacionados ao direcionamento de recursos financeiros e de pessoas qualificadas para a elaboração e aplicação das ações voltadas à resolução e prevenção do problema, e à manutenção das conformidades exigidas pelos objetivos e diretrizes prescritas na lei.

Também se destaca a colaboração entre as esferas governamentais, além de tantos outros que ainda podem estar interferindo na elaboração dos planos de ações (Ferreira, 2023). Outrossim, os estudos sobre implementação de políticas públicas ainda não são tão profícuos se comparados aos estudos de avaliação de políticas públicas. Entende-se a implementação como ciclo da política pública, fase em que a política aterriza no contexto de sua implementação e é traduzida pelos implementadores aos grupos que participam de sua efetivação (Lima *et al.*, 2013).

INSTRUMENTO

O questionário temático abarcou questões relacionadas ao adoecimento docente durante a pandemia e às implicações na prática da Lei 14.681/2023: 9 perguntas de caráter demográfico e 14 perguntas relacionadas ao bem-estar docente, ao uso de tecnologias durante a pandemia para a profissão e ao conhecimento da legislação que promove apoio e valorização dos educadores.

As questões demográficas, uma versão resumida do modelo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram direcionadas para explorar a

situação dos trabalhadores da educação, faixa etária, sexo, tempo de atuação na escola, etapa em que trabalha. Já o segundo bloco foi relacionado a uma autoavaliação dos docentes sobre seu estado mental, antes, durante e pós-pandemia, sua implicação na profissão e o apoio recebido das gestões e da legislação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram completadas 13 entrevistas. Cerca de 94% das entrevistadas eram professoras mulheres, 61% trabalhavam com anos iniciais do Ensino Fundamental, 30% na Educação Infantil e 10% no Ensino Médio. Mais de 50% dos entrevistados estão com mais de 50 anos de idade, trabalham no período da manhã nas escolas e têm mais de 20 anos de serviços prestados para a educação.

Quando foram questionados sobre como estavam antes da pandemia, 8 dos entrevistados usaram palavras como *“bem”* *“normal”* para descrever seu estado emocional e 5 se descreveram como *“estressado”* ou *“ansiosa”*, demonstrando que, mesmo antes da pandemia, já havia um sinal de alerta emitido pelos educadores sobre seu estado mental de adoecimento. Quando questionados sobre os sentimentos mais recorrentes durante a pandemia, a palavra que apareceu em 80% das respostas foi *“medo”*, seguida de *“ansiedade”*, *“insegurança”*, *“preocupação”*. Já em relação ao que mais marcou na pandemia, a maior parte citou o isolamento e a distância dos entes queridos, além de ter que gravar vídeo aulas sem muito auxílio dos gestores – essas foram questões marcantes tanto para a vida pessoal quanto profissional dessas pessoas.

No que se refere às questões relacionadas às tecnologias e à adaptação do ensino presencial para o remoto, cerca de 53% dos entrevistados disseram que foi difícil; destes, a maioria eram os professores com mais de 50 anos de idade, que já trabalhavam na educação há mais de 20 anos. Tal dado vai ao encontro do estudo de 2023 que analisou uma pesquisa dos anos 2015 e 2016, em que a autoavaliação de saúde entre os professores apresentou índices piores entre os professores com mais de 20 anos de serviço. Segundo Moraes, Abreu e Assunção (2023), *“a AAS ruim foi associada ao grupo de professores com mais de 20 anos de serviço”* (Moraes; Abreu; Assunção, 2023, p, 213).

Em contrapartida, todos mencionaram ter sido um momento de aprendizagem para a prática deles. Já a adaptação geral do ensino aparentou ser uma tarefa mais complicada, como foi explicitado nas respostas: embora houvesse colaboração entre os colegas de trabalho e na família, foi um momento muito difícil. Além disso, por ter ocorrido de uma forma muito rápida, os professores lidaram com a falta de organização e recursos para trabalhar na modalidade do ensino remoto, enfrentando momentos de estresse para a realização da prática. A professora X disse: *“Ocorreu tudo de forma rápida, a adaptação foi aos poucos, com as professoras se apoiando e ajudando”*. Já a educadora Isa trouxe: *“A adaptação não foi fácil, alunos sem recursos, professores sem habilidade com informática”*. As respostas dos educadores que participaram da pesquisa foram semelhantes: eles comentaram sobre a dificuldade de adaptação e também do trabalho que foi feito com as apostilas impressas e tentativas de videochamadas com os alunos para explicação do conteúdo.

Ao serem questionados sobre o apoio escolar que receberam, mais de 60% disseram que tiveram algum tipo de apoio. Já quanto às estratégias, a maior parte mencionou o apoio para construção dos materiais didáticos e reuniões online para um

treinamento para o ensino remoto. A educadora MA (pseudônimo escolhido) mencionou em sua entrevista: “Não percebi nenhuma estratégia, apenas cobrança”; outra resposta obtida foi: “Nem eles sabiam como lidar com a pandemia. Não tinha muito o que fazer por nós...”. Percebe-se, assim, que os professores sentiram que todos foram pegos de surpresa e que, além dos docentes, os gestores também tiveram dificuldades ao elaborar estratégias para agir durante a pandemia.

Segundo Zaidan e Galvão:

Professoras e professores experimentaram uma mudança brusca em suas rotinas, que se caracteriza pela penetração insidiosa do trabalho em todos os espaços e momentos de seu cotidiano não importando que seus empregadores (o governo ou os donos de escola) não lhes tenham garantido estrutura para o teletrabalho. (2020, p. 264) .

Por outro lado, alguns professores responderam que obtiveram apoio de seus gestores. A professora Pandora mencionou “palestras com psicólogo, formação a distância, conversas através de videochamada, entre outros”.

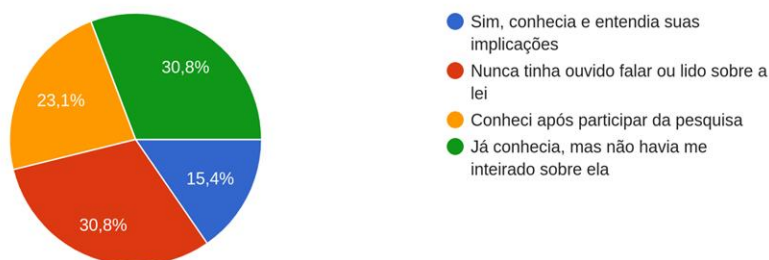
Quanto à pergunta sobre quais estratégias os professores utilizaram para lidar com sentimentos e pressões laborais e equilibrar a vida pessoal da profissional, a maioria respondeu ter obtido apoio familiar e aproveitado o momento em casa para ver filmes e ler livros, por exemplo. Para encerrar o bloco sobre a autoavaliação docente, foi questionado como os professores se sentem hoje, e a maioria respondeu que se sente bem e que a pandemia gerou muito aprendizado. Nota-se, assim, que, por obterem o apoio familiar, os professores que participaram da pesquisa tiveram uma boa taxa de recuperação dos sintomas negativos evidenciados pela pandemia.

Quando questionados sobre o conhecimento da Lei 14.681/2023 (Figura 1), quase 75% não tinham conhecimento sobre as implicações da lei. Alguns deles só ouviram falar dessa lei após participarem da pesquisa, evidenciando a dificuldade por parte dos representantes governamentais em implementarem a lei. Sendo assim, muitos também não notaram uma mudança após a promulgação da lei.

Figura 1: Gráfico sobre conhecimento da lei 14.681/2023

Você já conhecia a LEI 14.681/2023

13 respostas



Fonte: dados da pesquisa, 2025.

CONCLUSÃO

Em suma, ao se pensar em saúde mental docente, é necessário fazer uma análise do cenário em que se encontram esses profissionais, mas também a Educação brasileira e as políticas de valorização do profissional. Foram analisadas entrevistas de professores de diferentes cidades da Zona da Mata de Minas Gerais e percebeu-se que de forma geral a pandemia levou os docentes a enfrentarem dificuldades para a exercerem suas profissões, principalmente por falta de recursos, dificuldades com a tecnologia e falta de organização para a mudança do ensino presencial para o remoto. Em contrapartida, por se tratar de um grupo que pessoas que tinham o apoio familiar, embora tenham passado por momentos de ansiedade e medo, conseguiram superar esses momentos e hoje se encontram bem.

Para além disso, atenta-se agora o olhar para as políticas públicas de valorização e bem-estar docente, que se encontram defasadas em relação à implementação, sendo necessária uma mudança de postura dos governantes para que os professores possam receber o apoio de que precisam para exercerem sua profissão com qualidade, não só fortalecidos pelo apoio familiar, mas do seu ambiente de trabalho e das leis. A lei 1481 representa um grande avanço para a valorização dos educadores e garantia de condições de trabalho, contudo ainda se faz necessário um olhar mais atento para a promoção dos direitos assegurados por lei, para que os profissionais da educação possam exercer suas funções com maior qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.
- BRASIL. Lei nº 14.681, de 18 de setembro de 2023. Institui a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 19 set. 2023. p. 6.
- CARDOSO, Jafé da Silva; NUNES, Claudio Pinto; MOURA, Juliana Silva. Adoecimento docente: uma breve análise da saúde de professores do município de Medeiros Neto/BA. **Revista Teias**, v. 20, n. 57, p. 125-140, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/teias.2019.39552>. Acesso em: 1 out. 2024.
- COUTINHO, C.; LISBÔA, E. Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. **Revista de Educação**, p. 18(1), 5-22, 2011,. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/14854>. Acesso em: 3 out. 2024.
- FERREIRA, C. L. Lei nº14.681/2023: avanços e desafios na qualidade de vida no trabalho dos profissionais da educação. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, Ponta Grossa, v. 15, e 17669, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.3895/rbqv.v15.17669>. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbqv/article/17669>. Acesso em: 3 out. 2024.
- GUIA DA CARREIRA. Confira mais detalhes no artigo sobre profissões mais estressantes. Disponível em: <https://www.guiadacarreira.com.br/blog/profissoes-estressantes>. Acesso em: 20 out. 2024.
- LAZAROTO, N. V.; AIRES, M. The health of education workers: Situations of vulnerability and illness. **Seven Editora**, [S. l.], p. 361-382, 2024. Disponível em: <https://sevenpublicacoes.com.br/editora/article/view/4489>. Acesso em: 2 out. 2024.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 48, p. 101-110, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/zpwj63WjFbZYVvKsXgnXDSjz/>. Acesso em: 2 out. 2024.

LOPES, L. A. dos S.; NOVAIS, L. de F. Estado de conhecimento sobre saúde mental dos professores na educação básica. **Revista Alembra – RA Confresa-MT**, 5(10), p. 26/28, 2023. Disponível em: <https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/alembra/article/view/570>. Acesso em: 2 out. 2024.

MORAES, E. A. H.; ABREU, M. N. S.; ASSUNÇÃO, A. Á. Autoavaliação de saúde e fatores relacionados ao trabalho dos professores de educação básica no Brasil. **Revista Ciências e Saúde Coletiva**, n. 28, v. 1, 2023.

VIEIRA, Dhayani Xavier Santana *et al.* Educação e vulnerabilidades docentes durante a pandemia COVID-19: um estudo em uma cidade da Amazônia. **Revista Brasileira de Ciências da Amazônia**, v. 12, n. 1, p. 1-16, 2023.

ZAIDAN, J. M.; GALVÃO, A. C. Covid 19 e os abutres do setor educacional: a superexploração da força de trabalho escancarada. *In*: AUGUSTO, C. B.; SANTOS, R. D. (Orgs). **Pandemias e pandemônio no Brasil**. São Paulo: Instituto Defesa da Classe Trabalhadora, 2020.